

LITERATURA AFRO-BRASILEIRA COMO EPISTEMOLOGIA INSURGENTE: IDENTIDADES, ENUNCIÇÕES E RUPTURAS DO CÂNONE NA MODERNIDADE RACIAL

Marco Aurélio da Silva¹

Resumo: Este artigo investiga a literatura afro-brasileira como campo de produção teórica e como epistemologia insurgente capaz de confrontar a racionalidade moderna ocidental, historicamente estruturada pela racialização e pela exclusão de corpos negros dos regimes legítimos de conhecimento. Partindo das contribuições de Conceição Evaristo, Miriam Alves, Geni Guimarães e outros autores afro-descendentes, argumenta-se que essa literatura transcende a dimensão estética e se constitui como locus de elaboração crítica que subverte narrativas hegemônicas da nação. Fundamentado em Achille Mbembe, Stuart Hall, Lélia Gonzalez, bell hooks, Denise Ferreira da Silva e Sueli Carneiro, o estudo demonstra que a literatura afro-brasileira reconfigura regimes de visibilidade, reivindica agência epistêmica e instaura novas formas de interpretar corpo, memória, afeto e poder. Ao recolocar a experiência negra como eixo teórico e não apenas testemunhal, esse corpus literário desestabiliza o cânone e demanda outro arranjo do campo literário brasileiro.

Palavras-chave: literatura afro-brasileira; epistemologias insurgentes; identidade negra; decolonialidade; cânone literário.

AFRO-BRAZILIAN LITERATURE AS INSURGENT EPISTEMOLOGY: IDENTITIES, ENUNCIATIONS, AND RUPTURES OF THE CANON IN RACIAL MODERNITY

Abstract: This article examines Afro-Brazilian literature as a field of theoretical production and as an insurgent epistemology capable of confronting Western modern rationality, historically shaped by racialization and the exclusion of Black bodies from legitimate regimes of knowledge. Drawing on the works of Conceição Evaristo, Miriam Alves, Geni Guimarães, and other Afro-descendant writers, it argues that this literature transcends aesthetic expression and constitutes a locus of critical elaboration that subverts

1 Doutorando em Extensão Rural -UFSM; Mestre em Ciências Sociais – UFSM; Mestre em Educação – UNISC. <http://lattes.cnpq.br/6665383866556823>; <https://orcid.org/0009-0006-7358-5814>

hegemonic national narratives. Based on Achille Mbembe, Stuart Hall, Lélia Gonzalez, bell hooks, Denise Ferreira da Silva, and Sueli Carneiro, the study demonstrates that Afro-Brazilian literature reconfigures regimes of visibility, asserts epistemic agency, and proposes new frameworks for interpreting body, memory, affect, and power. By repositioning Black experience as a theoretical, rather than merely testimonial, axis, this literary corpus destabilizes the canon and demands a reconfiguration of the Brazilian literary field.

Keywords: afro-brazilian literature; insurgent epistemologies; black identity; decoloniality; literary canon.

1 INTRODUÇÃO

A literatura afro-brasileira tem se consolidado como um importante espaço de produção estética, política e intelectual, contribuindo para a problematização das relações raciais e para a ampliação das formas de representação da experiência negra na sociedade brasileira. Entretanto, permanece em aberto a compreensão de como essa produção literária ultrapassa a dimensão artística e se constitui como campo de elaboração teórica capaz de confrontar os regimes hegemônicos de conhecimento. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar a literatura afro-brasileira como uma epistemologia insurgente, investigando de que maneira autoras e autores negros produzem formas alternativas de interpretação da realidade e contestam os fundamentos da racionalidade moderna racializada. O problema de pesquisa que orienta o estudo consiste em compreender como a literatura afro-brasileira atua como espaço de resistência epistêmica e de reconfiguração dos critérios de legitimidade do conhecimento. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada nas contribuições de autores como Achille Mbembe, Stuart Hall, Lélia Gonzalez, bell hooks, Sueli Carneiro e Denise Ferreira da Silva, articuladas à produção literária de escritores e escritoras afro-brasileiros. Justifica-se a realização deste estudo pela relevância acadêmica e social de compreender a literatura afro-brasileira não apenas como manifestação cultural, mas como campo crítico capaz de ampliar os debates sobre identidade, decolonialidade, memória, poder e produção do conhecimento.

A problematização em torno da literatura de matriz afro-brasileira impõe, como gesto inaugural, o exame minucioso não apenas das posições teóricas dos diferentes pesquisadores que se dedicam ao tema, mas, de igual modo, do próprio arsenal conceitual que sustenta as múltiplas terminologias em circulação. Adoto aqui a designação “afro-brasileira” quando necessária ao percurso analítico, articulando-a aos sistemas literários nacionais e às práticas culturais que moldam identidades coletivas. Os que defendem o rótulo “Literatura Afro”, em contrapartida, buscam evidenciar os modos pelos quais a nomeação acentua a presença textual de escritores e escritoras descendentes de populações negras.

Maria Nazareth Soares Fonseca (2011) esclarece que a escrita produzida por autores brancos, amplamente legitimada pelo cânone, jamais requisiu qualificações adicionais, dado seu enraizamento histórico nas instituições literárias. De fato, a tradição brasileira canonizou majoritariamente escritores de ascendência europeia, relegando autores negros a posições periféricas. Em ressonância com a epígrafe que inaugura este debate, Abdias Nascimento (2011) sustenta que a marginalização estruturante que incide sobre os sujeitos negros torna indispensável uma demarcação conceitual específica. Para o autor, trata-se de um expediente transitório, embora absolutamente incontornável.

Esse cenário revela que o campo literário brasileiro vem sendo atravessado por disputas semânticas e políticas em torno de sua própria nomenclatura. Do ponto de vista das produções ficcionais escritas por autores e autoras negras ou que centralizam protagonistas negros emergiram múltiplas denominações: Literatura Afrodescendente, Literatura Afro-Brasileira, Literatura Negra, Literatura Negro-Brasileira, entre outras, como apontado por Cuti (2011).

Críticos, estudiosos e pesquisadores orientam-se, de modo geral, tanto para Literatura Afro-Brasileira quanto para Literatura Negra. Cuti (2011), por exemplo, defende que “Literatura Negra” exprime com maior precisão a complexa tessitura dos processos que estruturam o racismo no Brasil, ao passo que o prefixo “afro” tende a suavizar a contundência dos conflitos raciais. Para o autor, a terminologia afro-brasileira opera como um dispositivo conciliador, de tonalidade política moderada, que esmaece a crítica à branquitude e dilui tensões históricas.

Cuti argumenta que o termo “negro” possui força simbólica e densidade semântica superiores, enquanto “afro-brasileiro” permitiria abarcar sujeitos de variadas ascendências, inclusive brancos, o que reduziria a energia política da crítica racial. Nesse conflito terminológico, evidencia-se o embate entre discursos que enfatizam o caráter político da experiência negra e discursos que buscam uma aceitação menos confrontativa no interior das instituições literárias.

Em contraponto, Zilá Bernd (2011) privilegia a formulação “Literatura Afro-brasileira”, entendendo-a como categoria mais apropriada por articulá-la à formação cultural do país, conferindo-lhe lastro identitário e histórico. A divergência entre Cuti e Bernd exemplifica a pluralidade de perspectivas que modelam o campo e revela que nenhuma dessas formulações opera isoladamente de implicações sociopolíticas.

Para Cuti (2010), a literatura constitui um locus de poder simbólico decisivo, capaz de intervir nos imaginários sociais e de orientar práticas subjetivas e coletivas. Durante séculos, entretanto, a produção literária hegemônica auxiliou na construção de representações estigmatizantes sobre o negro, reproduzindo visões distorcidas e sustentando estruturas de subalternização. A literatura negra militante em sua origem emerge, assim,

como instrumento de enfrentamento à hierarquia racial e como campo de disputa discursiva, operando como antídoto crítico ao racismo incrustado nas práticas de escrita e leitura.

2 LITERATURA AFRO-BRASILEIRA: DISPUTAS CONCEITUAIS, IDENTIDADE E CONSTITUIÇÃO DO CAMPO

A constituição da literatura afro-brasileira como campo de produção simbólica e intelectual está profundamente vinculada às disputas em torno da representação da população negra na sociedade brasileira, bem como aos debates acerca da identidade, da memória e da legitimidade dos sujeitos negros como produtores de conhecimento. Mais do que uma questão terminológica, as diferentes denominações atribuídas a esse conjunto de produções literatura negra, afro-brasileira ou afrodescendente revelam embates políticos, culturais e epistemológicos relacionados aos modos de compreender a experiência negra e sua inserção no sistema literário nacional. Nesse contexto, a emergência de escritores e escritoras negras representa não apenas a ampliação da diversidade temática da literatura brasileira, mas também a construção de novas formas de enunciação que desafiam o cânone tradicional, questionam estruturas históricas de exclusão e reivindicam a centralidade da experiência afro-brasileira na produção de sentidos sobre a realidade social. Compreender esse processo implica analisar tanto as disputas conceituais que atravessam o campo quanto os mecanismos de afirmação identitária e resistência que contribuíram para a consolidação da literatura afro-brasileira como espaço de elaboração estética, política e crítica.

Nesse cenário, Lima Barreto emerge como figura estrutural na crítica à racialização do campo literário brasileiro. Descendente de pessoas escravizadas, o autor transformou as vivências do subúrbio carioca em plataforma estética e política capaz de confrontar o elitismo intelectual e suas narrativas de racialidade hierárquica. Como observa Freire (2014), sua escrita militante mobiliza estratégias de franqueza estética e ironia corrosiva que desnudam desigualdades estruturais e desafiam modelos consagrados de representação. Com isso, Barreto reinscreve a experiência negra como agente produtor de sentido no interior de uma literatura tradicionalmente normatizada pela branquitude.

Octavio Ianni (1988) observa que Barreto tratou a questão racial de modo amplo, expondo a condição do negro pós-abolição como resultado de um processo que o empurrava para um “não-lugar social”. Esse deslocamento compulsório caracterizado por discriminações econômicas, políticas e culturais evidenciou a permanência das estruturas coloniais e impulsionou o escritor a produzir uma literatura que se opunha frontalmente ao conservadorismo racial de sua época.

Dessa forma, torna-se evidente que a tensão constitutiva entre poder e liberdade não pode ser compreendida como oposição simples ou como dicotomia estanque; ao contrário, trata-se de uma relação dinâmica, marcada por disputas permanentes em torno da produção das subjetividades, da legitimidade das instituições e dos sentidos atribuídos à ação coletiva. Ao reconhecer que tais relações se inscrevem historicamente, abre-se espaço para compreender que a liberdade não é um dado natural, mas um exercício político que se redefine na medida em que os sujeitos se percebem como agentes capazes de questionar, negociar e transformar as estruturas que os constituem.

Nesse quadro, a educação emerge como um dos dispositivos sociais mais relevantes para tensionar essas relações, uma vez que atua simultaneamente como mecanismo de reprodução e potencial espaço de resistência e criação. A análise realizada demonstra que práticas pedagógicas orientadas pela crítica, pela autonomia e pela formação ética ampliam a capacidade dos indivíduos de interpretar o mundo e situar-se nele de modo ativo, contestando formas naturalizadas de dominação. Assim, reafirma-se a centralidade da educação como dimensão pública estratégica para a consolidação de uma cultura democrática que valorize o pluralismo, a dignidade e a participação.

Por fim, cabe destacar que os desafios contemporâneos caracterizados pelo avanço de tecnologias de controle, pela polarização política e pela intensificação das desigualdades exigem novas formas de reflexão e ação. Pesquisas futuras podem aprofundar como diferentes dispositivos institucionais, práticas culturais e arranjos sociais modulam essa relação entre poder e liberdade, especialmente no campo educacional. Investigar tais interfaces permitirá não apenas qualificar o debate teórico, mas também subsidiar políticas e práticas que contribuam para a construção de sociedades mais justas, inclusivas e emancipadoras.

Como assinala Bernd (1992), a especificidade de uma literatura negra não reside apenas nos temas que mobiliza, mas sobretudo na emergência de um sujeito enunciator que se reconhece e se afirma como negro. Tal inflexão discursiva constituiria o elemento decisivo que diferencia essas produções de outras que apenas incorporam personagens ou problemáticas negras como matéria narrativa. Segundo a autora, esse deslocamento representaria o critério mais consistente para delimitar a escrita negra como fenômeno estético e político singular, operando como marco de ruptura entre um discurso que fala *sobre* o negro já amplamente presente na tradição literária brasileira e um discurso *do* negro, empenhado em revisar e superar formas de representação cristalizadas, frequentemente marcadas por hierarquizações raciais, preconceitos seculares e estereótipos persistentes (Bernd, 1992, p. 267-276).

Nessa direção interpretativa, entende-se que a literatura negra brasileira se constitui a partir de uma consciência racial que confere ao “eu” enunciator densidade identitária, projetando-o como sujeito que reivindica suas matrizes afro-brasileiras e que elabora, por meio da escrita, uma plataforma crítica contra

o racismo estrutural que atravessa a história brasileira, mesmo transcorrido mais de um século desde a abolição.

A autora (Bernd, 1987) observa que os processos identitários se articulam a experiências de alteridade e a movimentos de afirmação e desconstrução diante da diferença; e sintetiza o processo ao afirmar que a consciência da diferença constitui para o negro brasileiro o ponto de partida para a construção de um projeto que visa confrontar e superar sua marginalização histórica (Bernd, 1987, p. 38). Em estudo posterior, Bernd (1988b) problematiza o elemento que estabelece a ruptura capaz de distinguir uma literatura negra de uma literatura que apenas tematiza a escravidão, defendendo que esse divisor é a aparição de um sujeito de enunciação cuja voz se inscreve a partir de uma consciência de negritude em um ambiente sociocultural hegemonicamente branco.

Tal formulação confirma que a racialidade fenotípica do autor não constitui critério suficiente para definir uma obra como literatura negra. O elemento decisivo é o posicionamento político-estético do escritor, expresso na forma como elabora criticamente sua condição afrodescendente e a reinscreve no campo literário como gesto de afirmação identitária e enfrentamento das estruturas raciais. A esse respeito, Bernd (1987) já registrava sua inquietação com a insuficiente atenção dedicada por setores acadêmicos à literatura produzida por escritores negros. Essa preocupação persiste, apesar dos avanços expressivos nos estudos sobre afrodescendência em áreas como história, sociologia e antropologia. No entanto, conforme observa a autora, a crítica literária ainda mantém lacunas significativas: privilegiam-se análises que se ocupam da representação do negro na obra de escritores consagrados pela historiografia, ou que examinam conceitos de negritude e identidade, mas raramente se dedicam à produção literária de autores negros contemporâneos, sobretudo de mulheres negras.

Em texto posterior, Bernd (2002, p. 36), ao investigar as articulações entre identidade, deslocamentos e pertencimento, enfatiza que a literatura pode funcionar como potente mecanismo de expressão e consolidação de coletividades etnoculturais. Para tais autores, a escrita configura um espaço de elaboração identitária, no qual a subjetividade negra se inscreve por meio da desmontagem de discursos dominantes e da reconfiguração crítica de linguagens.

Pesquisas significativas sobre estética e trajetória de escritores afro-brasileiros têm origem, sobretudo, na análise dos textos publicados nos *Cadernos Negros*. No portal Literafro fruto de trabalhos desenvolvidos por Duarte (2008) são reunidas investigações de diversos estudiosos que examinam essa produção, além de disponibilizar estudos sobre autores fundamentais da crescente literatura afro-brasileira contemporânea.

Enquanto campo simbólico, a literatura afro-brasileira caracteriza-se por uma enunciação que se assume negra, reivindica agência crítica e confronta as estruturas de racialização. Trata-se de uma escrita que não apenas denuncia

desigualdades, mas elabora formas próprias de inscrição da experiência negra, construindo um horizonte epistêmico fundado na ancestralidade, na memória e na crítica antirracista. Para além disso, envolve a presença de um/a autor/a negro/a, um ponto de vista racializado, uma linguagem que busca traduzir essa perspectiva e, sobretudo, um horizonte de interlocução que inclui o público negro como destinatário privilegiado. Trata-se de um fenômeno que ganha força nas últimas décadas do século XX, especialmente no contexto de reorganização do Movimento Negro após o regime militar.

Para compreender tais processos, convém remeter aos movimentos do Renascimento Negro (década de 1920) e da Negritude (1930), cujos desdobramentos ampliaram globalmente a visibilidade da criação literária negra. Munanga (2012) identifica diversas acepções do termo “negritude”, entre as quais destaca o sentido cultural, que consiste na afirmação da subjetividade negra mediante o reconhecimento de sua memória, valores e produção estética. O Renascimento Negro, ocorrido nos Estados Unidos, buscou valorizar o legado cultural afro-americano e confrontar estigmas raciais; já a Negritude, formulada na França, procurou reafirmar tradições africanas até então marginalizadas pela lógica colonial. Domingues (2005) destaca que os intelectuais do movimento defendiam a necessidade de o sujeito negro reconhecer sua ascendência racial e, simultaneamente, reivindicavam autonomia estilística frente aos padrões literários franceses.

No cenário brasileiro contemporâneo, observa-se um processo pelo qual o negro tem desafiado as determinações simbólicas que o subalternizam, reivindicando sua identidade e recusando modelos de branqueamento. Conforme Fanon (2008), a estrutura racista produz um complexo de inferioridade nos sujeitos negros por meio da associação entre cor da pele e hierarquia social; esse processo somente pode ser desestabilizado mediante consciência crítica das condições históricas que o engendram. Para Munanga (2012), tal movimento implica reconhecer-se plenamente, assumindo a ancestralidade africana como elemento constitutivo de identidade e como fonte de afirmação ética e estética.

Bernd (1988a) observa que a Negritude propiciou ao Brasil uma verdadeira inversão simbólica, promovendo a valorização de atributos fenotípicos que a ideologia branca historicamente depreciou. Ao elevar tais características ao estatuto de símbolos positivos, os poetas vinculados ao movimento subverteram significados coloniais e estabeleceram nova gramática de pertencimento.

As reverberações da Negritude no Brasil impactaram decisivamente os modos de conceber a literatura negra, contribuindo para o debate sobre a presença do negro enquanto produtor de conhecimento literário. A discussão acerca de como nomear a escrita de autoria negra se literatura negra, afro-brasileira, afrodescendente etc. insere-se em um campo de disputas simbólicas,

uma vez que envolve questões relacionadas à racialização, representação e legitimidade cultural.

3 FORMAÇÃO HISTÓRICA DO CAMPO LITERÁRIO AFRO-BRASILEIRO

A formação do campo literário afro-brasileiro está associada aos processos históricos de resistência, afirmação identitária e luta por reconhecimento protagonizados pela população negra ao longo da história brasileira. Embora autores negros tenham produzido literatura desde o século XIX, sua inserção nos espaços de consagração literária foi marcada por silenciamentos, exclusões e mecanismos de marginalização. Nesse contexto, movimentos intelectuais e culturais inspirados pelo Renascimento Negro, pela Negritude e pelas mobilizações do Movimento Negro brasileiro desempenharam papel fundamental na valorização da experiência afrodescendente como fonte legítima de produção estética e reflexão crítica. A partir da segunda metade do século XX, especialmente com o surgimento dos *Cadernos Negros*, consolidou-se um espaço coletivo de publicação, circulação e fortalecimento de vozes negras, contribuindo decisivamente para a constituição de uma literatura comprometida com a valorização da ancestralidade africana, o enfrentamento do racismo e a construção de novas formas de representação da identidade negra no Brasil.

Florentina Souza (2005) investigou a trajetória, os propósitos e a orientação política da produção literária negra no Brasil, particularmente aquela divulgada nos *Cadernos Negros* e no *Jornal do Movimento Negro Unificado*. Reunindo autores de estilos e linguagens diversos, tais publicações compõem, segundo a estudiosa, um mosaico que se unifica pela postura de enfrentamento ao racismo e de afirmação do pertencimento afrodescendente (Souza, 2005, p. 14). A autora observa que, a partir da década de 1990, a concepção de identidade passa a ser compreendida como processo fluido, historicamente situado, o que se evidencia na inclusão do subtítulo “contos/poemas afro-brasileiros” nos *Cadernos Negros* a partir de 1995. Tal gesto demarcatório reafirma a ascendência africana dos escritores e explicita sua intenção de tensionar a tradição literária que lhes serviu de formação.

Para os autores vinculados aos *Cadernos Negros*, repensar a memória dos antepassados africanos e revalorizar a presença do sujeito negro na história constituem pilares da criação literária. Suas narrativas e poemas frequentemente tematizam as violações produzidas pelo racismo, denunciando condições de vida que afetam a saúde, a cidadania e a dignidade de afrodescendentes no Brasil. São escritores que, historicamente excluídos do mercado editorial e das instâncias legitimadoras, encontraram na coletividade um espaço de circulação e legitimação de suas vozes.

Assim, nomes como Conceição Evaristo, Esmeralda Ribeiro, Miriam Alves, Geni Guimarães, Cristiane Sobral, Lia Vieira, Mel Adún, Lande

Onawale e tantos outros passaram a constituir um corpus literário que inscreve a experiência negra de modo crítico, trazendo à cena temas como identidade étnica, diáspora africana, ancestralidade, violência racial e condição da mulher negra.

A autodeclaração de escritores negros assume papel político decisivo ao romper com os mecanismos de invisibilização operados pela lógica do branqueamento. Esse gesto afirma a legitimidade da identidade negra no espaço literário e desafia dispositivos simbólicos que historicamente tentaram neutralizar ou diluir a presença afrodescendente no campo cultural. Esses mecanismos se expressam desde pressões para que afrodescendentes minimizem traços de africanidade, até práticas editoriais e acadêmicas que os deslegitimam como produtores intelectuais. Como observa Souza (2005, p. 36), tais estratégias sustentam a ilusão de que a ascensão social depende do apagamento da identidade negra.

A marginalização de escritores afrodescendentes no campo literário é acompanhada por estereótipos persistentes que associam o homem negro à violência, à incapacidade intelectual ou à hipersexualização; e, no caso das mulheres negras, à invisibilidade ou ao exotismo. Tais imagens, intensamente reproduzidas, reforçam limitações de acesso, legitimidade e reconhecimento.

Fanon (2008) demonstra que, mesmo entre negros com relativa mobilidade social, o racismo pode permanecer mascarado até que experiências concretas de segregação desestabilizem tal ocultamento. Suas reflexões sobre estudantes antilhanos que se deparavam com o racismo europeu são reveladoras do modo como o sujeito negro, ao sair do contexto colonial, se vê confrontado com uma percepção de si que não havia formulado plenamente: a de que é negro no olhar do outro, marcado por discursos de inferiorização. Esse confronto produz um sentimento de deslocamento e ausência de lugar, cuja violência é atestada pelo autor.

A psicóloga Neusa Santos Souza (1983) aprofunda o exame das consequências psicológicas desse processo. Para ela, o negro no Brasil é submetido, desde a infância, a uma pedagogia da inferiorização que lhe apresenta elementos eurocêntricos como únicos parâmetros de valor e prestígio, ao mesmo tempo em que desqualifica sua história, estética e cultura. Diante da impossibilidade de conformar-se a tais padrões, o sujeito negro pode vivenciar uma forma de autonegação que compromete profundamente sua constituição psíquica, produzindo sofrimento, fragmentação e internalização de violência simbólica.

Bernd (1992) defende que aquilo que particulariza a literatura negra não é somente a incidência temática sobre experiências afrodescendentes; o que realmente a distingue é a aparição de um sujeito que assume sua negritude como eixo de enunciação. Tal posicionamento, segundo a autora, marca a diferença entre obras que apenas utilizam personagens negros como recurso narrativo e aquelas que instauram uma voz que se reconhece racialmente

situada. A crítica destaca que, ao contrário de abordagens tradicionais – frequentemente atravessadas por visões hierarquizadas, preconceituosas e saturadas de estereótipos –, a escrita negra se organiza como gesto político e epistemológico de reinterpretação de representações cristalizadas.

Desse modo, a especificidade da literatura negra manifesta-se na transição entre discursos que falam *sobre* a população negra e aqueles formulados *a partir* de sujeitos negros. Essa inflexão, como reconhece Bernd (1992), altera profundamente os modos de produção simbólica ao situar a negritude como ponto de enunciação, e não como objeto de descrição, deslocando assim os parâmetros de leitura e os regimes tradicionais de representação.

Nessa perspectiva, a literatura negra no Brasil se estrutura a partir da emergência de uma consciência racial que atribui ao “eu” literário densidade histórica e política. Trata-se de um sujeito que reconhece sua pertença afro-brasileira e que utiliza a palavra escrita como mecanismo de questionamento do racismo estrutural que atravessa a vida social brasileira, mesmo mais de cem anos após a abolição formal da escravidão. Bernd (1987) enfatiza que os processos de construção identitária envolvem tensões entre alteridade, disputa de significados e intervenções críticas sobre a diferença racial.

Para a autora, a consciência da diferença é o ponto inaugural de um movimento de insurgência contra a marginalização social (Bernd, 1987, p. 38). Em estudo posterior, Bernd (1988b) aprofunda a discussão, afirmando que o divisor que estabelece a fronteira dessa produção não está na temática da escravidão ou da desigualdade racial em si, mas no surgimento de um sujeito enunciador que inscreve sua experiência negra em um ambiente literário hegemonicamente branco.

A autora frisa que não é a ascendência racial do escritor ou da escritora, por si só, que qualifica determinada obra como pertencente à literatura negra. O determinante é a atitude política e estética com que esses autores reelaboram criticamente sua condição afrodescendente. Bernd (1987) já chamava atenção para a falta de reconhecimento dispensado à produção literária negra, apesar do crescimento dos estudos sobre a questão racial em áreas como sociologia, história e antropologia. A crítica literária, entretanto, permaneceu presa a uma tradição que privilegia a análise da figura do negro na obra de escritores canônicos ou que examina conceitos identitários de forma abstrata, negligenciando escritores negros contemporâneos, especialmente mulheres.

Em publicação posterior, Bernd (2002, p. 36) mostra que a literatura desempenha papel crucial na consolidação de identidades coletivas, sobretudo em contextos marcados por exclusões raciais. Para autores negros, a escrita funciona como lugar de interlocução política e de reconfiguração de discursos hegemônicos, constituindo espaço de elaboração de uma subjetividade refratária às lógicas dominantes.

Boa parte das pesquisas sobre estética afro-brasileira emergiu do exame dos *Cadernos Negros*, cujo impacto acadêmico é amplamente documentado no portal Literafro, organizado por Duarte (2008). Esses estudos reúnem análises de diferentes especialistas a respeito da literatura afro-brasileira contemporânea, permitindo mapear perfis autorais, estratégias discursivas e tendências temáticas.

A literatura afro-brasileira tem sido entendida como um campo simbólico com características próprias: constitui-se como escrita que assume explicitamente a negritude como perspectiva, denuncia formas de violência racial, reivindica direitos e projeta a experiência negra como matriz estética. Esse campo integra a presença de um sujeito negro, um horizonte de leitura que privilegia o público afrodescendente, uma linguagem que interroga o racismo e um projeto político de afirmação identitária. Tal movimento se intensifica nas últimas décadas do século XX, especialmente após a reorganização do Movimento Negro no período pós-ditadura.

A compreensão das matrizes históricas da literatura afro-brasileira exige revisitar movimentos como o Renascimento Negro, nos anos 1920, e a Negritude, na década de 1930. Munanga (2012) evidencia que esses movimentos afirmaram a subjetividade negra como valor epistemológico e estético, fundamento que ecoa diretamente na produção contemporânea brasileira. O Renascimento Negro, nos Estados Unidos, buscou valorizar a cultura afro-americana, enquanto a Negritude, articulada na França, reivindicou tradições africanas negadas pelo colonialismo. Domingues (2005) afirma que o movimento defendia que o sujeito negro deveria assumir conscientemente sua ascendência, sem submeter-se aos padrões literários e culturais europeus.

No Brasil contemporâneo, verifica-se um processo crescente de questionamento das ideologias de branqueamento e das narrativas que subalternizam a presença negra. Fanon (2008) explica que o racismo impõe ao sujeito negro um sentimento de inferioridade internalizado, efeito da associação entre cor e posição social construída historicamente. Para Munanga (2012), superar essa lógica exige reconhecer a africanidade como fundamento identitário, reafirmando sua legitimidade estética e política.

Bernd (1988a) observa que a Negritude provocou uma inversão simbólica ao atribuir valor positivo a traços fenotípicos depreciados pela ideologia racial branca. Essa valorização reconfigurou signos culturais e ampliou o horizonte expressivo de escritores negros, oferecendo recursos para tensionar representações coloniais.

A partir dessas influências, o debate sobre literatura negra no Brasil ganhou densidade, trazendo à tona as tensões em torno da nomenclatura do campo literatura negra, afro-brasileira, afrodescendente e as implicações políticas de cada termo. Tais debates evidenciam disputas sobre legitimidade cultural, racialização e formas de representação.

Florentina Souza (2005) analisou a construção histórica e política da literatura negra brasileira, sobretudo a produzida nos *Cadernos Negros* e no jornal do Movimento Negro Unificado. Para a autora, essas publicações reuniram vozes diversas que, embora estilisticamente distintas, mantêm convergência na crítica ao racismo e na afirmação da existência afrodescendente (Souza, 2005, p. 14). A estudiosa destaca que, na década de 1990, a compreensão de identidade passa a incorporar noções de fluidez e historicidade, o que se expressa na adoção do subtítulo “contos/poemas afro-brasileiros” nos *Cadernos Negros* a partir de 1995 gesto que reafirma a matriz africana como fundamento estético-político.

A revisão da memória ancestral africana, o enfrentamento do racismo e a afirmação da presença negra constituem eixos centrais dessa produção literária. Nos textos publicados, a violência racial, a desigualdade social, a precarização da vida e as perdas impostas aos afrodescendentes são temas recorrentes. Diante de um sistema literário que historicamente marginaliza autores negros, os coletivos constituídos nesses espaços representaram alternativas de circulação, reconhecimento e resistência.

Nesse movimento, escritoras como Conceição Evaristo, Miriam Alves, Esmeralda Ribeiro, Cristiane Sobral, Geni Guimarães, Lia Vieira, Mel Adún, assim como autores como Lande Onawale e outros, ampliaram o repertório literário brasileiro ao colocar no centro de suas obras questões relacionadas à identidade étnica, à diáspora africana, à ancestralidade, ao racismo, à memória coletiva e à condição da mulher negra.

A autodeclaração de escritores negros que atuam no cenário cultural brasileiro possui enorme relevância política, na medida em que confronta práticas de invisibilização que se manifestam como mecanismos de branqueamento. Tais mecanismos incluem desde pressões simbólicas para que afrodescendentes minimizem traços de africanidade até dispositivos editoriais e acadêmicos que deslegitimam suas contribuições. Souza (2005, p. 36) observa que tais estratégias reforçam a crença de que a mobilidade social depende do apagamento da identidade negra expectativa que opera como forma de coerção racial.

A marginalização de escritores afrodescendentes se articula à reprodução de estereótipos que vinculam homens negros à violência ou à hipersexualização, e mulheres negras à invisibilidade ou ao exotismo. Essas imagens moldam oportunidades, legitimidade e reconhecimento, operando como barreiras estruturais.

Fanon (2008) analisa como o racismo pode permanecer oculto a sujeitos negros até que situações explícitas de segregação revelem sua força. Sua reflexão sobre estudantes antilhanos confrontados com o racismo europeu evidencia o impacto psicológico provocado pelo olhar racializado do outro: diante dele, o sujeito negro percebe que sua identidade é construída a partir de uma posição

de subalternização. Tal experiência produz deslocamento subjetivo, sensação de estranhamento e perda de pertencimento.

Neusa Santos Souza (1983) aprofunda essas discussões ao mostrar que, no Brasil, crianças negras são educadas sob uma pedagogia da desvalorização que exalta elementos europeus como padrão estético e moral, ao mesmo tempo em que inferioriza tudo o que remete à africanidade. Quando o sujeito negro não consegue corresponder a tais padrões, desenvolve sentimentos de autonegação que comprometem sua constituição psíquica e alimentam a internalização da violência racial.

4 LITERATURA AFRO-BRASILEIRA COMO EPISTEMOLOGIA INSURGENTE

A literatura afro-brasileira consolidou-se nas últimas décadas como campo crítico central na reconfiguração das narrativas culturais, históricas e identitárias da nação. Para além do enquadramento temático, esta produção literária constitui forma de intervenção epistêmica que questiona os limites ontológicos e estéticos impostos pela colonialidade do poder. Ao tensionar as hierarquias de representação e disputar a centralidade do discurso literário nacional, autoras e autores negros elaboram gramáticas alternativas de mundo, restituindo à criação literária o estatuto de campo teórico e político. Essa perspectiva permite compreender a literatura afro-brasileira não como apêndice da literatura brasileira, mas como paradigma crítico capaz de desestabilizar a universalidade eurocentrada e de propor outras formas de imaginar, narrar e significar a experiência social.

Esse deslocamento adquire centralidade quando se reconhece que o cânone literário brasileiro, ao longo de sua constituição, não apenas silenciou vozes negras, mas as relegou a um estatuto meramente figurativo. A entrada vigorosa de autoras como Conceição Evaristo, Maria Firmina dos Reis, Miriam Alves, Esmeralda Ribeiro e Geni Guimarães não inaugura apenas outra pauta temática, mas instaura um paradigma epistêmico que reivindica autoridade intelectual e reposiciona o sujeito negro como produtor legítimo de conhecimento. Assim, o estudo da literatura afro-brasileira torna-se fundamental para compreender as dinâmicas de racialização, resistência e reescrita da memória coletiva, ao mesmo tempo em que contribui para uma crítica mais ampla da modernidade e de seus fundamentos coloniais.

A importância deste estudo reside em compreender a literatura afro-brasileira como instância produtora de teoria, para além de seu caráter denunciativo. Diante de um cenário em que a intelectualidade negra foi reiteradamente relegada à subalternidade, examinar a potência epistêmica dessa produção torna-se fundamental para desarticular os dispositivos de silenciamento que estruturaram o imaginário nacional e limitaram a legitimidade do pensamento negro. A escrita de autoras e autores negros

se configura como epistemologia insurgente ao mobilizar conceitos, afetos e memórias que tensionam a hegemonia da racionalidade eurocêntrica e reconfiguram os critérios de legitimidade no campo acadêmico e literário.

Compreender a literatura afro-brasileira como epistemologia insurgente possibilita avançar em debates contemporâneos sobre decolonialidade, identidade, alteridade e poder. Ao dialogar com teóricos como Achille Mbembe, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Denise Ferreira da Silva, o presente trabalho articula fundamentos críticos que permitem analisar as formas pelas quais a literatura produz novas chaves interpretativas da experiência negra. Justifica-se, portanto, a investigação aprofundada desse corpus, tanto pela urgência política que o atravessa quanto pela densidade teórica que ele apresenta, contribuindo para a ampliação das epistemologias do sul e para a reestruturação do campo literário brasileiro.

A consolidação da literatura afro-brasileira como campo crítico não deve ser interpretada apenas como manifestação estética ou reivindicação identitária, mas como a irrupção de uma epistemologia insurgente que confronta as matrizes hegemônicas da racionalidade moderna ocidental. Tal perspectiva compreende essa literatura como espaço de elaboração conceitual e reposicionamento epistêmico, e não como mero repositório narrativo da experiência racializada. Nesse sentido, autoras como Conceição Evaristo, Miriam Alves e Geni Guimarães produzem obras que não apenas tematizam a experiência negra, mas submetem a debate os próprios pressupostos de “literatura nacional”, tensionando categorias fundantes da crítica literária tradicional, como autoria, subjetividade, representação e universalidade.

Esse deslocamento epistemológico encontra ressonância nas formulações de Achille Mbembe (2017), ao diagnosticar que a modernidade ocidental se estrutura sobre um projeto necropolítico de gestão da vida e da morte, no qual populações negras foram sistematicamente posicionadas na zona do não-ser. A literatura afro-brasileira, ao recentrar essas existências, opera uma contraescrita que desestabiliza as gramáticas da desumanização inscritas no imaginário nacional. Stuart Hall (2003), ao teorizar a formação de identidades diaspóricas, esclarece que tais produções não devem ser entendidas como retorno a uma essência cultural, mas como processos de enunciação nos quais o sujeito negro reinscreve sua historicidade em meio a relações de poder. Assim, a literatura afro-brasileira materializa discursos que reinscrevem a diáspora como território teórico, e não apenas memorialístico.

Nesse horizonte, a contribuição de Lélia Gonzalez (1988) é central para compreender a articulação entre língua, colonialidade e enunciação negra no Brasil. Ao propor a noção de “amefricanidade”, Gonzalez evidencia que os modos de pensar e de narrar das populações negras constituem sistemas próprios de racionalidade, historicamente silenciados pela supremacia eurocêntrica. A literatura afro-brasileira especialmente aquela produzida por mulheres torna visível esse continuum epistêmico, revalorizando saberes relegados ao estatuto

de folclore ou irracionalidade. Do mesmo modo, bell hooks (1995) afirma que o ato de escrever a partir de um corpo negro feminino constitui gesto político de insurgência, na medida em que rompe com os regimes patriarcais e raciais que delimitam quais vozes são autorizadas a produzir conhecimento.

Essa articulação entre enunciação e epistemologia recoloca a literatura afro-brasileira no interior das disputas sobre quem tem legitimidade para teorizar sobre o mundo social. Como defendem autores contemporâneos como Denise Ferreira da Silva (2007), Sueli Carneiro (2005) e Grada Kilomba (2019), não se trata de reivindicar inclusão no cânone, mas de dismantlar as estruturas onto-epistêmicas que sustentam a universalidade do pensamento ocidental. A literatura afro-brasileira, ao afirmar o ponto de vista negro como produtor de teoria e não apenas de testemunho, interrompe o circuito que tradicionalmente restringiu a intelectualidade negra à condição de objeto de estudo.

Nessa perspectiva, o que esta literatura elabora é um projeto intelectual robusto, que disputa o ordenamento simbólico da nação por meio de novas gramáticas de mundo. Suas narrativas instauram regimes alternativos de sensorialidade, corporalidade e afeto, reposicionando o corpo negro como matriz epistêmica. A crítica contemporânea, representada por autores como Eduardo de Assis Duarte (2021), Fernanda Silva e Souza (2019) e Wanderson Flor do Nascimento (2020), tem destacado que a potência desse corpus literário reside justamente em sua capacidade de mobilizar memória ancestral, reinscrição de subjetividades e crítica radical às estruturas coloniais.

Assim, a literatura afro-brasileira deve ser compreendida como campo de formulação epistemológica que opera por meio da insurgência narrativa. Em vez de se circunscrever à denúncia das violências históricas, ela elabora categorias próprias de interpretação da realidade, constituindo-se como praxis intelectual autônoma. O que está em jogo, portanto, não é somente o reconhecimento de uma tradição literária marginalizada, mas a redefinição dos critérios através dos quais o conhecimento é legitimado.

5 CONCLUSÃO

A reflexão conduzida neste estudo demonstra que a literatura afro-brasileira exerce papel decisivo na contestação das arquiteturas epistemológicas da modernidade racial. Ao desestabilizar os dispositivos de silenciamento que historicamente relegaram as experiências negras à periferia da narrativa nacional, esse corpus literário institui formas de pensamento que desafiam frontalmente o universalismo eurocêntrico. Escritoras como Conceição Evaristo, Geni Guimarães, Miriam Alves e Esmeralda Ribeiro ampliam o horizonte do literário ao articular memória, oralidade, ancestralidade e corporeidade como fundamentos teóricos. Assim, a literatura negra não se restringe à denúncia das desigualdades; ela reorganiza categorias estruturantes sujeito, identidade, historicidade e comunidade operando como sistema epistêmico próprio.

À luz de Mbembe, Hall, Gonzalez, hooks, Sueli Carneiro, Ferreira da Silva e Kilomba, evidencia-se que a literatura afro-brasileira configura um campo epistêmico autônomo, insurgente e profundamente crítico da ficção de neutralidade que ancora a racionalidade moderna. Mais do que reivindicar inclusão no cânone, essa literatura questiona os próprios mecanismos de canonização, expondo as violências ontológicas e epistêmicas que sustentaram a exclusão sistemática das vozes negras. Trata-se, portanto, de um projeto que remodela os critérios de legitimidade e redesenha as possibilidades de enunciação no espaço público.

Nesse movimento, a literatura afro-brasileira amplia o horizonte crítico das humanidades e demanda a reconstrução profunda das epistemologias hegemônicas, abrindo caminho para uma compreensão mais plural, ética e democrática da produção do conhecimento. Em síntese, ao reinscrever o sujeito negro como produtor de teoria, essa literatura não apenas reivindica o direito à fala, mas transforma as condições mesmas de possibilidade do fala e, portanto, de existir.

REFERÊNCIAS

BASTIDE, Roger. **As Américas negras**. 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1992.

BERND, Zilá. **Negritude e literatura**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. **O que é literatura negra**. São Paulo: Brasiliense, 1988a.

_____. **Literatura negra: identidade e diferenciação**. Revista de Literatura Brasileira, n. 3, 1988b.

_____. **Identidade e literatura**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser: o racismo na história do pensamento ocidental**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

CUTI (Luiz Silva). **Cuti: literatura negro-brasileira**. Belo Horizonte: Mazza, 2010.

DAMASCENO, Benedita Gouveia. **Poesia negra no modernismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1988.

DUARTE, Eduardo de Assis. **A literatura afro-brasileira: antologia crítica**. Belo Horizonte: UFMG, 2021.

_____. **Maria Firmina dos Reis e a gênese da ficção afro-brasileira**. In: DUARTE, E. **História da literatura negra**. Belo Horizonte: Mazza, 2004b.

- EVARISTO, Conceição. **Da grafia-desenho de minha mãe**. In: DUARTE, E.; FONSECA, M. (org.). *Escritas de autoras negras no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza, 2011.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERREIRA DA SILVA, Denise. **A global idea of race**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.
- GOMES, Heloisa Toller. **Entre o silêncio e a palavra**. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, v. 2, n. 4, 1994.
- GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. In: *Primavera para as rosas negras*. São Paulo: Zahar, 1988.
- GUEDES, Daniela de Oliveira Barbosa. **“Negrismo e negritude”**. *Anais da ANPOLL*, n. 12, 2005.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HATTNER, Álvaro. **A escrita negra no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- HOOKS, bell. **Black looks: race and representation**. Boston: South End Press, 1995.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LOBO, Ynaê Lopes de Almeida. **“A invenção do negro”**. In: *Histórias da África e da diáspora africana*. São Paulo: SESC, 2007.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2017.
- MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2012.
- NASCIMENTO, Wanderson Flor do. **Escrevivências decoloniais**. Brasília: UnB, 2020.
- PROENÇA FILHO, Domício. **Literatura brasileira e afrodescendência**. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.
- SOUZA, Florentina. **Poéticas negras contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2005.
- SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.